



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

**REUNIÃO PRESENCIAL/VIDEOCHAMADA NO PRÉDIO DA CÂMARA ATENDENDO AO REQUERIMENTO NO Nº223/2023 DE AUTORIA DOS VEREADORES FERNANDO SAMPAIO DE CASTRO, MANOEL DOUGLAS SOARES OLIVEIRA, GILBERTO MATEUS PEREIRA E JOSÉ ANTUNES VIEIRA. NO DIA VINTE E UM DO MÊS SEIS DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. 21/06/2023.**

Ao vigésimo primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e três, quarta-feira, às treze horas e vinte e um minutos, foi realizada a reunião presencial/ por videoconferência atendendo ao requerimento no nº223/2023 de autoria dos vereadores Fernando Sampaio de Castro, Manoel Douglas Soares Oliveira, Gilberto Mateus Pereira e José Antunes Vieira, para tratarem diversos temas ligados à prestação de serviços e obras desenvolvidos em nosso município, assim como, servidores contratados e cedidos pelo Consórcio para realizarem suas atividades no município de Mariana. Discorrerem sobre procedimentos de pagamentos realizados à CIMVALPI pela Prefeitura e que estão sob sua cautela no início das obras, demonstrando cópia do depósito e extratos mensais pertinentes aos pagamentos, se houve dividendos e as formas de compensação realizada pelo Consórcio ao Município. Apresentação das cópias dos depósitos realizados pelo Município ao Consórcio do ano dois mil e vinte até a presente data. Discorrer sobre a compensação ou se houve isenção por parte do município no que tange o ISSQN sobre a administração dos contratos celebrados entre CIMVALPI e o Município. **Participaram da Reunião os Vereadores:** Fernando Sampaio de Castro, Manoel Douglas Soares Oliveira, Pedro Ulisses Coimbra Vieira, Marcelo Monteiro Macedo, Gilberto Mateus Pereira. **Registraram presença:** Eduardo Pereira Real- Coordenador Engenharia/ Cimvalpi, Marcela Giardini Freitas-Eng. Civil- Cimvalpi, Mariane Maiara C. Pacheco- Coordenador de Engenharia- Conterplan, Eduardo Ogando Canza, Engenheiro Civil- Conterplan, Marcio Paulo Figueredo Silva- Sec. de Obras, Leonardo Rodrigues de Santos- Secretário de Obras- PMM, Marlon Paulo Figueredo Silva- Sec. Planejamento, Luciano X. Castro- Diretor/ Conterplan, André Mol- Diretor/ Conterplan, Edivaldo Andrade- Sec. Governo, Juliano Barbosa- Procuradoria, José Adalberto de Rezende- Diretor Institucional/ Cimvalpi, Silvério J. A de Luz- Diretor- Adm/ Cimvalpi. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do povo Marianense e havendo número regimental”, o Vereador Fernando Sampaio iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e solicitando a leitura das correspondências. Em ato seguido, deu início às pautas da reunião, questionando os representantes da Conterplan e da 3T se possuem algum valor a receber do Município de Mariana por serviços prestados. Em resposta: o Sr. Andre Mol cumprimentou a todos os presentes e disse que a Conterplam vem prestando serviços de contrato com a Cimvalpi a aproximadamente um ano e que possuem um valor a receber mas que, não acarreta grandes prejuízos a empresa Conterplam ou Município. O Sr. Luciano disse que prestam serviços há mais de um ano tais quais o contrato em Mariana existiam algumas frentes de serviços no Município e



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

que na gestão do Executivo deste ano possuem alguns contratos a serem liberados, sendo eles Barrocas, Pombal , tapa buracos que precisam ser liberadas para começarem. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio perguntou a Sec. de Obras e a Cimvalpi possuíam conhecimento de todas as obras citadas pela Conterplam e a 3T: em resposta o Séc.Leandro disse que possui conhecimento das obras citadas pela empresa e que algumas são do ano passado e outras desse ano. Com a palavra o Sr. Silvério cumprimentou a todos e disse que também tem conhecimento sobre as obras mas, destacou que foi repassado para a Cimvalpi esse ano o valor de aproximadamente doze milhões que foram distribuídos em contratos com o Município. Tais quais o que envolve as empresas Conterplan e 3T pois a relação entre o consórcio é importante para o Município pois transfere a responsabilidade para a empresa contratada, afirmou que o consórcio possui conhecimento sobre as obras e que tudo que se encontra na tutela em ordem de serviço aproxima-se do valor de três milhões de reais. Sendo assustado junto ao Município as ordens de trabalhos, à medida que são realizados os repasses e que serviços que precisam de liberação estão recebendo alguns reajustes para a autorização de execução . Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio questionou se o fluxo de funcionalidade contratual tem seguido uma ordem linear entre a demanda da Secretaria, Cimvalpi e a demanda das empresas; em resposta: o Sr. Silvério disse que umas das que necessitam de resolução é o equívoco que tem ocorrido no fluxo de funcionamento, mas que já realizaram alguns ajustes e esperam que seja solucionado. Com a palavra, o Vereador Pedro Ulisses questionou quais equívocos eram esses citados pelo Sr.Silvério; em resposta: o Sr. Silvério disse que o equívoco se encontra no fluxo do processo por surgir algumas demandas com urgências em outras obras. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio disse que possui uma preocupação pois o planejamento em alguns momentos não sabe o que está acontecendo, em sua concepção de entendimento primeiro a Prefeitura deposita o dinheiro e demanda a ordem de serviço para a Cimvalpi que seguidamente réplica para as empresas que fazem parte do consórcio. Quando esse fluxo não é seguido, as empresas prestam serviços sem possuir financeiro com a Cimvalpi. Destacou que a instabilidade política no Município de Mariana deixa lacunas para futuros problemas financeiros, finalizou a fala perguntando se as empresas que prestam serviços possuem algum valor para receber que não segue o fluxo; em resposta: o Sr. André disse que a Conterplam tem a receber aproximadamente valor de dois milhões e oitocentos mil e que a única coisa que precisam ajustar é a obra de Vargem pois receberam no presente dia da reunião a planilha que será introduzida no sistema. Com a palavra, o Sr.Silvério disse que a questão da Conterplam se encontra bem equacionada pois quase tudo está em ordem de serviço. Com a palavra o Sr. Luciano disse que a 3T possui aproximadamente oito milhões de reais para receber do Município; o Vereador Fernando Sampaio questionou se a Cimvalpi possui conhecimento sobre o valor a ser pago a 3T: o Sr. Silvério disse que a Cimvalpi tem três ordens de serviços específicas para a 3T sendo elas somadas totalizam o valor de três milhões e trezentos. Pois estão fazendo um ajuste contratual internamente no consórcio



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

e possuem a cobertura legal para realizar essas modificações pelo fato de possuírem um contato marco com o Município e estão realizando ajustes de quantitativos para adequar o fluxo dos serviços a serem realizados seguindo o planejamento contratual. Havendo falhas em todas as partes que prestam serviços sendo necessário organizar o fluxo para evitar que ocorra novamente. Com a palavra, o Sec. Leonardo disse que a ponte da Barrocas no período de chuva ficou sem meios de acesso pois oferecia riscos aos moradores ao utilizar e que a Secretaria de Obras autorizou os início das obras e posteriormente avisou ao consórcio, sendo uma emergência que começou as obras sem uma ordem de serviço anterior. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio perguntou se a obra já havia sido paga, em resposta ao Sr. Leonardo disse que ainda não foram pagas e estão fazendo os ajustes para colocar no sistema e a ordem de serviço ser liberada pela Cimvalpi. O Vereador Fernando Sampaio perguntou se o Sr. Marlon possui conhecimento sobre os acontecimento citados; em resposta: o Sr. Marlon cumprimentou a todos presentes e disse que não estavam ciente de todos os relatos mas que ocorrem conversas com a Sec. de Obras sobre a necessidade de cobertura orçamentária para as demandas que estão surgindo e que a Sec. de Planejamento desde cinco de janeiro de dois mil e vinte e três esteve recomendando as Secretarias de Obras e Fazenda para realizarem repactuação dos contratos Cimvalpi para que consegui conciliar as demandas e o cronograma físico financeiro que possuem. Havendo a necessidade do Município priorizar as demandas devido ao déficit orçamentário que Mariana possui. Com a palavra o Vereador Pedro Ulisses perguntou como é formulado a ordem de serviço; em resposta: o Sr. Leonardo disse que primeiro a Sec. de Obras realiza o levantamento prévio e solicitam ao consórcio que, analisa o levantamento e quantitativo posteriormente coloca no sistema para poder liberar a ordem de Serviços. O Vereador Pedro Ulisses questionou quanto tempo a Cimvalpi possui para iniciar as obras após serem liberadas; em resposta o Sr. Leonardo disse que as obras são realizadas por ordem de prioridade e o repasse financeiro mensal. Com a palavra o Vereador Pedro Ulisses perguntou ao Sr. Silvério o que gerou as dívidas com as empresas presentes seguindo os aportes; em resposta: o Sr. Silvério disse que o Cimvalpi liberou a ordem de serviço mediante a disponibilidade financeira e que a 3T tem ordem de serviço efetiva no valor de três milhões tendo como base esse fato qualquer valor excedente fica a parte do Município. Pois o consórcio recebe do Município para poder executar as obras, podendo ser consultado no portal transparência os valores repassados pelos Município e as obras do consórcio que estão ambas alinhadas. O Vereador Pedro Ulisses perguntou se possuem algum fiscal para analisar os contratos das empresas; em resposta o Sr. Leonardo afirmou que existe fiscal em todas. Foi solicitado para que citasse o nome do fiscal da 3T e da Conterplam: em resposta o Sec. Leonardo disse que o que depende das obras, no caso das obras da Vargem o fiscal é o Sr. Venilton do Município e o Sr. Lucas que é o fiscal do Município. Com a palavra, o Vereador Pedro Ulisses perguntou quem é o responsável por ter fiscalizado os outros serviços que acarretaram o valor a ser pago a Conterplam de oito milhões; em resposta o Sr. Silvério disse que a ordem para o tapa



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

buraco foi liberada no valor de um milhão de reais inicialmente e posteriormente as colocações do Sr. Marlon deve realizar um reajuste em relação às questões do Município. Os engenheiros responsáveis pelas obras de Mariana são o Sr. André e o Sr. Cassio que ficam a frente acompanhando. Com a palavra, o Vereador Pedro Ulisses questionou o motivo do Município não ter acesso ao cronograma da Cimvalpi; em resposta: o Sr. Silvério disse que quando chegou ao consórcio a organização era realizada por planilhas feitas em excel tais quais complicação o controle e que contataram uma nova empresa que desenvolveu sistema de controle de gestão e execução de obra. Na qual estão sendo apresentados ao tribunal de contas e os técnicos verificaram o funcionamento. Afirmou que a Cimvalpi é uma autarquia do Município que não se vincula aos gestores do próprio. Acrescentou que estava acontecendo surgimento de comentários sobre irregularidades no contrato da Cimvalpi, incluído o próprio Vereador Pedro Ulisses que alegava que necessitava de uma investigação sobre o Cimvalpi; em resposta o Vereador Pedro Ulisses afirmou que realizou essas pontuações. O Sr. Silvério disse que é muito importante averiguar os fatos antes de levantar especulações difamatórias sobre o Consórcio, seguidamente fez o convite para os presentes visitarem o consórcio e afirmou que encaminhará os documentos do consórcio para esta Casa e para posteriormente poderem submeter ao Ministério Público para esclarecimentos. Com a palavra, o Vereador Pedro Ulisses pediu para esclarecer que sua fala é referente aos contratos da Cimvalpi devido ao fato de não ter acesso livre a todas as informações. Com a palavra, o Sr. Marcio cumprimentou a todos e afirmou que as solicitações de informações solicitadas pelo Vereador Pedro Ulisses, não eram da sua competência pois não tem acesso ao sistema da Cimvalpi, tais quais as outras solicitações foram entregues a essa casa de forma física e a Sec. de Governo de forma digital. O Sr. Edivaldo Andrade complementou, que todos os requerimento referente à Sec. de Governo todos estão protocolados nesta Casa mas, os ofícios que são realizados diretamente a Secretaria não é responsabilidade da Secretaria de Governo. O Vereador Manoel Douglas perguntou como era realizado o trâmite de pagamento à CIMVALPI, e se procedia a informação de que o consórcio recebia pagamentos de maneira antecipada. Em resposta, o Vereador Fernando Sampaio explicou que o cronograma ideal seguiria a seguinte ordem: a Prefeitura demandaria do CIMVALPI e, em sequência, o CIMVALPI demandaria as empresas. Deixou claro, porém, que nem todo serviço executado seguia esse cronograma, afirmando haver tratativas diretas entre Prefeitura e empresas e, por fim, afirmou que sim, o consórcio recebia repasses de maneira antecipada devido à necessidade de dinheiro em caixa para expedição de ordem de serviço. Com a palavra, o Sr. Silvério Luz frisou que o CIMVALPI se caracterizava como consórcio municipal, uma autarquia sem receita própria. Explicou que, por isso, ao surgimento de demanda, o Município estabelecia um cronograma de desembolso e a execução seguia gradualmente conforme calendário de pagamento estabelecido por este documento, de acordo com a legislação vigente. Ressaltou não existir pagamento antecipado às empresas, as quais o recurso só se destina após a conclusão de etapa do projeto. Em suma, o Vereador



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

Manoel afirmou que as empresas só recebiam repasse após a execução do serviço e que o recurso seria administrado pelo CIMVALPI de acordo com o estabelecido pelo Município. Ao encerrar sua fala, o Vereador Manoel questionou, especificamente, sobre obras que excedem o consórcio, citando a rua Helvio Moreira Moraes como exemplo. O Sr. Silvério respondeu que, se tratando de um caso especial, caberia ao Município a decisão de como seria o procedimento. O Sr. Juliano Barbosa respondeu em citação ao Sr. Marlon, enfatizando a necessidade de repactuação dos contratos já existentes para abertura de orçamento, com a finalidade de analisar a possibilidade de utilização dos contratos vigentes para abarcar essa atividade. O Vereador Fernando solicitou um prazo urgente para conclusão do asfaltamento em Vargem, devido ao fim do período de estiagem. Com a palavra, o Sr. Marlon, primeiramente, ressaltou que o consórcio seria um “braço do Município”, um ente público a serviço do Município. Afirmou que qualquer intervenção a ser feita necessitaria de previsão para execução. Leu, em seguida, um e-mail enviado pela Secretaria de Planejamento que recomendava, diante da situação financeira do Município, a análise prévia pela área de planejamento orçamentário bem como pela Secretaria Municipal de Fazenda de qualquer intenção de contratação ou aditivos. Frisou ser essa a recomendação da pasta desde janeiro de dois mil e vinte e três. Reforçou, então, a importância da repriorização das obras, bem como da reavaliação financeira do Município de maneira geral. Disse que, para que fosse possível determinar o cronograma de execução do asfaltamento de Vargem, dependerá do cronograma físico financeiro e, antes de mais nada, do aval do Secretário de Fazenda, para saber se haveria cobertura financeira para tanto. O Vereador Fernando Sampaio lamentou a impossibilidade de conclusão das obras em Barroca e Vargem. Corroborou a necessidade de priorização de demandas, para que fosse possível concluir as obras antes do período de chuvas, que colocaria a perder o investimento feito. Deu como exemplo o projeto de asfaltamento de Barroca, para onde foi contratado o asfaltamento sem execução de drenagem, canaletas ou sarjeta, o que resultou na erosão da obra. O Sr. Marlon, com a palavra, ressaltou o trabalho da Secretaria de Planejamento na prevenção de situações do tipo, e citou as recomendações técnicas no sentido de contingenciar despesas fixas e variáveis, para que tenhamos recurso de investimento. Sobre a repactuação dos contratos junto aos consórcios, afirmou que o assunto foi tratado pela Comissão de Gestão de Gastos em oito diferentes reuniões, três Comunicados Internos, além das recomendações verbais. Alertou não ser viável a realização de investimentos sem contingenciamento das despesas e ressaltou que a Secretaria de Planejamento não se encontrava inerte. O Vereador Marcelo Macedo afirmou que a matéria em discussão era de simples deliberação, por não haver alternativas além de contingenciamento e priorização das demandas. Chamou atenção, como de praxe, para o fato de, apesar da alta arrecadação, o Município possuir despesas que a ultrapassassem, e especialmente para o alto número de servidores municipais. Afirmou que, apesar de ser pauta recente, o inchaço na administração municipal se arrastava há, pelo menos, dois anos. Finalizou sua fala afirmando que o aspecto



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-131.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

principal a ser revisto seria a gestão pública. O Vereador Fernando Sampaio complementou afirmando que um dos motivos da convocação da presente reunião seria em defesa das empresas Conterplan e 3T, que sofriam com as acusações injustas pela morosidade no serviço quando, na verdade, o problema era da gestão da prefeitura, perguntou qual seria o montante investido na vargem até o momento, ao que o Sr. Márcio respondeu terem somado onze milhões de reais. O Vereador Fernando Sampaio então lembrou que foram aprovados vinte e dois milhões de reais para a obra completa, e anunciou o desperdício que seria causado pela não conclusão a tempo, se perdendo o investimento em terraplanagem, por isso a necessidade de priorização e realização completa em trechos. O Vereador Marcelo Macedo deu como sugestão de contingenciamento a revisão dos eventos realizados com apoio da Prefeitura no ano de dois mil e vinte e três, e afirmou que com o montante investido já teria sido quitado o asfaltamento. Denunciou que o inchaço na Prefeitura foi causado pela gestão do Vereador Juliano Duarte. Comentou ainda sobre o Tarifa Zero, afirmando não ser contra, mas defendeu haverem outras prioridades. Concluiu sua fala afirmando que despesas criadas no governo do Vereador Juliano pesavam e que caberia ao Prefeito em exercício, Vereador Edson Agostinho (Leitão) a tomada de atitude. Em acordo, o Sr. Edivaldo pediu ajuda da casa para revisão dos eventos realizados com apoio financeiro do Município, principalmente os que demandam gastos paralelos com saúde e segurança pública. O Vereador Manoel Douglas, por sua vez, concordou parcialmente: frisou que determinados eventos traziam retorno ao Município, e que poderia ser relativo o gasto gerado. Prosseguiu procurando entender precisamente os valores repassados pelo Município ao Consórcio, com auxílio do Portal da Transparência. Perguntou ao Sr. Leonardo quais obras necessitam de elaboração de projetos no ano de dois mil e vinte e três, procurando entender o montante repassado à empresa Via voz. Em resposta, o Sr. Leonardo afirmou que o valor apresentado no portal era referente ao montante aportado para essa finalidade, e referente a doze meses. Segundo o Secretário, os repasses efetivos seriam menores, realizados mensalmente. Continuou sua resposta afirmando que os projetos desenvolvidos pela Via voz eram da base integrada de segurança e da estação de tratamento de esgoto e ressaltou que a Secretaria de Obras também desenvolvia projetos com equipe própria, mas que se limitavam à esfera arquitetônica. O Vereador Manoel Douglas pediu que fosse autorizado, no portal, o acesso à pasta de administração local, que se encontrava restrita. O Sr. Silvério respondeu que essa questão não dependia do consórcio, colocando o CIMVALPI à disposição dos vereadores para esclarecimentos e detalhamentos. Frisou que, em novos processos, foi criada uma planilha própria especificamente para controle de administração local, com parâmetros de medição e fiscalização. O Vereador então questionou se o valor apontado no portal da transparência de quatorze milhões de reais, referente ao asfalto de Vargem, seria aportado ou destinado ao pagamento retroativo, ao que o Sr. Silvério afirmou que seriam referentes a execuções já concluídas. O Vereador Manoel Douglas então denunciou a irresponsabilidade do governante que se propôs a



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

investir esse montante em uma obra que se perderia nas chuvas, perguntando quanto demandaria a conclusão do asfaltamento em Vargem. Questionou especificamente à empresa 3T quanto custaria o quilometro do asfalto na estrada de Vargem. Com a palavra, o Sr. Luciano respondeu que a média do mercado seria em torno de dois milhões de reais por quilômetro. Seguidamente o Vereador Manoel Douglas questionou quantos quilômetros de asfaltamento foram concluídos em Vargem, ao que o Sr. Luciano informou que restavam quatorze quilômetros a fazer. O Vereador Manoel Douglas questionou o que estava pronto. Sr Luciano disse que estava pronta a Terraplenagem e empresas estavam entrando na parte de base, treze quilômetros e de asfalto dois quilômetros e que entraram com a nova etapa que foi liberada para fazerem e que imagina que sejam dois quilômetros de base e posterior a isso, vem a etapa final sendo necessário recurso para finalizar a obra. O Vereador Manoel Douglas disse que a obra ficará em torno de trinta milhões. Sr Luciano disse que o valor sim. Pela ordem, o Vereador Gilberto Matheus cumprimentou a todos e questionou se a Cimvalpi prestava serviço direto para a prefeitura e intermediava as licitações. O Vereador Manoel Douglas disse que a Cimvalpi é um consórcio público e as empresas licitam dentro da Cimvalpi que realiza todas as tratativas com o município de repasse para pagar as empresas. Sr José Alberto disse que o município adere o consorciado da Cimvalpi e que tem hoje a lei municipal que autoriza e a partir disso o consórcio vira um braço direito, as licitações são feitas lá e assim usam as licitações feitas, sendo um auxílio que facilita a vida de todos. Sr Marlon explicou que o consórcio público é um ente público criado por lei formado por vários municípios e a finalidade é buscar economia na escala e melhoria na gestão consorciada. Explicou que o consórcio existiria independente do município de Mariana porque existem outros municípios consorciados. Seguidamente o Vereador Gilberto Matheus disse que é necessário atenção para realização do asfalto de Vargem, destacando a perda de dinheiro público. Além disso, disse que vê que o trabalho realizado pela empresa 3T tem sido de excelência se comparado com a empresa que estava prestando serviço ao SAAE. O Vereador Manoel Douglas falou da facilidade do Consórcio e que gostaria que explicassem a real vantagem. Disse que muitas pessoas questionam o porquê de não licitaram aqui com as empresas, dizendo que quando licitam de terceiros o custo é maior. Disse que por orçamento poderia fazer por execução e que pelo consórcio não se pode fazer dessa forma. Disse que as pessoas questionam dentro da prefeitura e Secretaria de Obra. Sr Marlon explicou que são dois pontos distintos a respeito da economia e quando se refere a tal, se refere a economia de escala. Disse que é mais vantajoso quando se licita para vários do que somente um. Dessa forma possuem uma economia de escala maior porque a empresa que entra nessas licitações ganha no quantitativo. O Vereador Gilberto Matheus disse que antes de dois mil e quatorze já existiam obras em Mariana e que as obras aconteciam e questionava porque terceirizar. Sr Marlon explicou que não é uma opção da Secretaria de Planejamento e sim uma opção da secretaria que está demandando o consórcio e que existe a possibilidade de licitar como fazer via contrato de cadeia, contrato de programa.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hélvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

Disse que a idéia para municípios pequenos são os consórcios para baratear os custos. O Sr. André disse que o consórcio nasceu da vontade dos municípios de se organizarem para buscar esse serviço mais barato com mais transparência e licitações mais atrativas. Sr Luciano disse que quando se fala em contagiosidade temporal é importante porque existem licitações que demoram um ano para serem discutidas. A respeito do preço disse que sempre trabalham com preços abaixo e que muitas vezes existem preços defasados, mas que diante da licitação são descontadas as referências de governo onde é falado da particularidade do valor maior. O Vereador Manoel Douglas questionou qual a responsabilidade da CIMVALPI e do Município referente ao repasse de impostos. Com a palavra, Sr Silvério disse que criaram no site do consórcio todo histórico desde a constituição do consórcio e todas as resoluções que norteiam de como deve ser e que irá notar que no protocolo de intenções tratava que o consórcio não faz somente licitação e que possuem uma resolução que trata da central de compras e que possuem outras resoluções em que apoiam o município como obras de engenharia civil, engenharia elétrica, tratado pela CIMVALPI e que todas as obras de extensão de rede é o consórcio que executa. Disse que lá atrás no relatório de intenções ficou definido que os municípios fizessem um repasse pequeno e cada município repassa hoje mil e oitocentos reais para manutenção básica do consórcio e que a remuneração básica que ficou definida no protocolo de ações seria com ISS e imposto de renda que está na lei ratificada. Além disso, disse que se o Vereador quiser pode agendar uma reunião para esclarecer e que devolvem para o município imposto de renda, ISS, e aplicação financeira. O Vereador Manoel Douglas questionou sobre os empenhos, do porquê a contabilidade fazer um empenho com retenção e o planejamento alterar o empenho sem retenção. Marlon disse que desconhece a questão. O Sr. André disse que o um ente federal não pode onerar o outro e assim deu a oportunidade de a receita que seria do ente federal ser do consórcio. O Presidente Fernando Sampaio questionou se a empresa Via Voz presta serviço de projeto. O Sr Silvério respondeu que sim. O Presidente Fernando Sampaio disse que as obras quando finalizadas não correspondem aos valores do projeto inicial e questionou se são responsáveis. Em resposta, o Sr Silvério disse que não sabia. O Presidente Fernando Sampaio disse que no seu entendimento a empresa Via Voz deve ser responsável. Sr Silvério disse que não sabe se tem responsabilidade mas que no seu entendimento a responsabilidade é deles enquanto gestores. Disse que já tiveram experiências ruins com empresas de projetos e que estão adotando uma licitação que é colocar em seus editais uma previsão que possui na lei de subcontratação. Disse que trabalha com a lei nova que tem a prioridade da subcontratação porque dessa forma conseguem contratar empresas menores para prestar o serviço. Disse que a questão principal entra na fiscalização, tendo em vista que se recebe um projeto ruim não é possível fiscalizar. Além disso, a pedido de Itabirito irão estruturar uma técnica para aprovar os projetos de forma detalhada e que hoje já fazem isso de maneira compartilhada. O Presidente Fernando Sampaio disse que precisam encontrar formas de penalizar a empresa. O Sr. Leonardo disse que com a mudança constante de prefeitos e



# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

R Hέλvio Moreira Moraes, 358, Vila do Carmo • Mariana/MG • CEP: 35.420-181.

www.camarademariana.mg.gov.br • 31 3557-6200

secretários o projeto é executado e demora a ser licitado impactando nos preços e disse que está fazendo planejamento junto a secretaria de saúde para licitar e não faltar nenhum item. Com a palavra Sr Luciano disse que a nova lei coloca responsabilidade no projeto e que o projeto que tiver deficiência o projetista é o responsável. Com a palavra, o Vereador Pedro Ulisses questionou se a empresa Via Voz tem contrato com o município. O Sr. André disse que qualquer reclamação que se tenha de fazer, tem que ser feita através do consórcio. O Vereador Pedro Ulisses solicitou que fosse encaminhado o relatório com as ordens de serviço de janeiro até a presente data. Sr Silvério disse que ele poderia fazer o encaminhamento para o consórcio e que encaminharão a relação de todos os projetos. O presidente Fernando Sampaio agradeceu a presença de todos e disse que a reunião é necessária para esclarecimento e disse que precisam se atentar para não deixarem os empresários prejudicados e que o que foi executado precisa ser pago e que não possuem financeiro para pagar. Disse que precisam de uma reunião urgente com o prefeito dando prazo exato. O Vereador Marcelo Macedo disse que concordava com o presidente e que precisavam conversar com o prefeito e agendar a reunião. O Presidente Fernando Sampaio disse que precisam ter responsabilidade com o dinheiro público. **ENCERRAMENTO:** “Não havendo mais a tratar, em nome de Deus e do Povo Marianense”, o Vereador Fernando Sampaio encerrou a reunião às dezesseis e sete minutos horas e sete minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**